

Introdução

António Lino Neto: percurso de um jurista e intelectual católico

A presente antologia da intervenção pública de António Lino Neto (1873-1961) visa constituir uma introdução à obra polifacetada de um homem que foi advogado, académico, Presidente do Centro Católico Português (CCP) e parlamentar na I República, colaborador de jornais e director de um – a *União* –, ao longo de cerca de quarenta anos e vários regimes políticos: Monarquia Constitucional, I República, Ditadura Militar, Estado Novo. É a obra de um publicista, palavra corrente na época, neste caso um publicista cujo estatuto não decorre apenas de a sua palavra ser escutada em conferências ou lida em periódicos e opúsculos, mas também de possuir a autoridade conferida pela universidade e pela Igreja Católica. É professor catedrático de Economia Política desde 1908. Exerce o cargo de Presidente do Centro Católico Português entre 1919 e 1934 como depositário da confiança do episcopado português. Esta selecção de textos possui um carácter complementar em relação à edição das intervenções parlamentares de António Lino Neto em volume próprio¹, que incide sobre as suas intervenções na câmara dos deputados em 1918 e entre 1922 e 1926.

O leitor espera que o texto introdutório de uma antologia sublinhe o fio condutor, a coerência interna do pensamento do autor e o situe face às grandes tendências intelectuais do seu tempo e, talvez, na genealogia das ideias que hoje nos movem. Neste caso, responder a essa expectativa é um desafio arriscado. Uma frase de António Lino Neto acerca de si mesmo pode ser lida como uma advertência: «afasto-me sistematicamente das teorias correntes»². Trata-se de um autor eclético, que dificilmente pode ser apresentado como o exemplo típico de uma corrente de pensamento, de uma ideologia. É uma situação

¹ *António Lino Neto: Intervenções Parlamentares (1918-1926)*. Coord. António Matos Ferreira e João Miguel Almeida. Org. Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Texto Editora – Colecção Parlamentar, 2009.

² António Lino Neto – *O Quinhão Económico da Vida*. Lisboa: Gráfica Lisbonense, 1940, p. 10. Cf. neste volume, p. 256.

aparentemente paradoxal, conhecidas as posições institucionais que foram as suas no meio académico. Mas que não o coloca fora da História – e sim fora das cúpulas do poder político dos regimes em que vive. Duas paixões motivam o trabalho intelectual de António Lino Neto: o patriotismo e o catolicismo. Ambas o levam a evitar posições teóricas que considerava redutoras, parciais, divisórias. E, no entanto, o século em que lhe coube viver a maior parte da sua vida de adulto é uma «era de extremos» ideológicos, políticos, intelectuais.

O país em que viveu e sobre o qual escreveu evoluiu num sentido em muitos e fundamentais aspectos contrários às expectativas de António Lino Neto, desde o início do século XX ao início do século XXI: uma economia cada vez menos baseada na agricultura e onde o peso dos serviços é crescentemente maior; um regime que durou quarenta anos, o Estado Novo, que excluiu o tipo de intervenção política realizada pelo Centro Católico Português na I República e Ditadura Militar, a de uma organização que faz a política da Igreja; uma transição para a democracia num contexto político muito diferente do dos anos 20 e 30 do século XX, em que não fazia sentido o partido que adoptou a referência democrata-cristã afirmar uma continuidade em relação ao CCP. Por todas estas razões e porventura outras o nome do autor em causa caiu num certo esquecimento. Numa antologia sobre o pensamento económico acerca das questões agrárias, de 1974, Manuel Villaverde Cabral observa que o presidente do Centro Católico Português é uma personalidade «de quem a história tradicional pouco fala em geral» e declara na introdução da sua obra: «gostaríamos de ter podido examinar a tempo o livro de António Lino Neto consagrado à *Questão Agrária* (1908).»³

Esta antologia pretende ser uma oportunidade para reavaliar o lugar de António Lino Neto nas primeiras quatro décadas do século XX⁴. Sem nos deixarmos obcecar pela preocupação de filiar o autor numa escola de pensamento ou numa ideologia, procuraremos nesta introdução aproximar-nos da sua reflexão acerca da sociedade portuguesa a partir de alguns eixos temáticos, assinalando quer as referências comuns a outros autores, quer as formas matizadas que elas se revestem em António Lino Neto.

Nacionalismo

Em prefácio a uma reedição de 1976 de *Economistas Portugueses*, obra pioneira da História Económica de Portugal de Frederico Laranjo, Carlos da Fonseca apresentou a sua classificação de economistas portugueses. Na sua perspectiva, Frederico Laranjo era um socialista de Estado (ou cátedra). São referências estrangeiras desta escola económica L. von Stein, Schmoller, Laveleye, Scheel. Em Portugal, além de Frederico

³ Manuel Villaverde Cabral – *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal – Séc. XIX e XX*. Porto: Editorial Inova, 1974, p. 71.

⁴ O percurso cívico-político de António Lino Neto e aspectos fundamentais do seu pensamento foram estudados numa obra recentemente publicada, Marco José Vasco da Silva – *As ideias políticas e sociais de António Lino Neto. Um católico militante entre o fim do séc. XIX e a primeira metade do séc. XX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2011, obra essa resultante da dissertação de Mestrado em Ciência Política defendida pelo autor no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

Laranjo, Oliveira Martins e Teixeira Bastos cultivaram esta linha de pensamento. António Lino Neto, que começou a sua colaboração jornalística em *O Distrito de Portalegre*, periódico dirigido por Laranjo, não seguiu as pisadas teóricas deste. Carlos da Fonseca inclui o futuro parlamentar da I República numa outra escola de pensamento económico, o nacionalismo. As suas referências estrangeiras são Litz e Conrad. Em Portugal os discípulos desta escola seriam, além de Lino Neto, Basílio Teles, Anselmo Vieira, José Pequito Rebelo, Anselmo de Andrade, Ezequiel de Campos e Oliveira Salazar⁵.

Outras classificações, como veremos, arrumam de outro modo os autores acima enunciados. Mas o nacionalismo é um traço a reter do pensamento de António Lino Neto, quer no campo económico, quer nos campos político e cultural. Não usaremos aqui a categoria como um pretexto para dispensar uma análise mais desenvolvida do pensamento do autor. É um nacionalismo que Lino Neto, enquanto jovem publicista, partilha com muitos intelectuais portugueses, republicanos ou católicos, que viveram a crise do *Ultimatum* e vêem na colonização portuguesa em África um meio de regeneração nacional. Ao contrário de outros nacionalistas, o católico recém-licenciado em Direito que começa a escrever em *O Distrito de Portalegre* não se mostra obcecado com a manutenção a todo o custo das colónias: «Uma colonização verdadeiramente patriótica não deve ter o intuito de fazer perdurar a ligação dos povos colonizados à forma política representativa da metrópole, como têm feito até aqui os nossos governantes.» Pelo contrário: «Uma colonização, útil a valer, será aquela que, despreocupando-se dos elos excessivamente egoístas de nacionalidade, se propuser criar, nas terras a colonizar, o maior número possível de núcleos de população portuguesa proporcionando-lhes condições práticas de desenvolvimento progressivo, sem nenhum outro intuito a mais. Formar-se-ão assim como que grandes válvulas de segurança para a vida da metrópole, já dando vazante ao excesso de população que nela se opere, já determinando um mais fácil consumo dos produtos da sua actividade, – indispensável ao equilíbrio duma boa economia.» Portugal devia conservar os seus domínios em África para desenvolvê-los do ponto de vista económico e social sem temer o cenário destes territórios se tornarem futuros «brasis» e ciente de que o melhor desse processo «é essa população que fica com caracteres nossos, puxando sempre para o tronco que lhe deu a primeira seiva e atirando aos produtos que primeiro saboreou e com que se formaram os seus primeiros delineamentos orgânicos. Isso é o que fica. – São os grandes mercados industriais e comerciais; são os importantes centros consumidores, já bastante fortes para poderem resistir por si a uma guerra alfandegária»⁶ Este nacionalismo que não encara o colonialismo como um dos seus pilares é retomado em *Elementos de Economia Política*, de 1936, no qual o autor escreve: «o colonialismo deixou de ter o papel que desempenhava na actividade económica, chegando mesmo já a considerar-se de carácter transitório. E

⁵ José Frederico Laranjo – *Economistas Portugueses*. Prefácio e notas de Carlos da Fonseca. Lisboa: Guimarães & C.^a Editores, 1976, p. 15-17.

⁶ *O Distrito de Portalegre*. N.º 843 (18 de Outubro de 1900), p. 1-2. Cf. neste volume, p. 59.

isto, além do mais, porque as colónias antigas, atingido um certo desenvolvimento, vão-se constituindo em Estados independentes»⁷

Nos *Elementos de Economia Política* António Lino Neto expõe a concepção de nacionalismo que considera aplicável a Portugal: «A forma de pequeno Estado corresponde geralmente a um nacionalismo mais ajustado e forte, coaduna-se menos com governos de oligarquias, olha mais às condições de felicidade pela convivência entre os cidadãos do que à vã glória de mandar pela realização de largos planos a soberania e domínio.»⁸ O autor está consciente de haver outros nacionalismos desajustados a Portugal e que descreve como perigosos para a economia mundial⁹. O nacionalismo que perfilha não o impede, antes o parece motivar a depositar esperanças nas potencialidades de uns Estados Unidos da Europa¹⁰, que tomam como referência o projecto apresentado por Briand, ministro dos Negócios Estrangeiros de França, na Sociedade das Nações em 1930.

O pensamento e a proposta de António Lino Neto acerca da nação portuguesa são uma variante de um intelectual devedor do nacionalismo monárquico liberal (como membro do Partido Progressista durante a Monarquia Constitucional) e do nacionalismo católico (como Presidente do Centro Católico Português), dois dos vários nacionalismos que se afirmaram em Portugal no século XX¹¹. Apesar de em diversos aspectos se afastar do nacionalismo dominante em Portugal na primeira metade do século passado, Lino Neto não foi alheio aos movimentos políticos nacionalistas: aderiu à União Patriótica de 1913, à Liga Nacional de 1915, à Liga de Acção Nacional de 1918¹². O seu entendimento do nacionalismo não era só económico-político, mas também de carácter cultural. Foi em nome de valores culturais comuns que, na qualidade de Presidente do Centro Católico Português, aprovou a proposta de que as exéquias do republicano Guerra Junqueiro fossem nacionais¹³ por ter «enriquecido a língua portuguesa de novos motivos de

⁷ António Lino Neto – *Elementos de Economia Política*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, 1936, p. 234. Cf. neste volume, p. 240.

⁸ Cf. António Lino Neto – *Elementos de Economia Política*, Forma de Estado mais económica, p. 234. Cf. neste volume, p. 240.

⁹ Cf. António Lino Neto – *Elementos de Economia Política*, Perigos para a economia mundial, p. 240-241. Cf. neste volume, p. 245-246.

¹⁰ Cf. António Lino Neto – *Elementos de Economia Política*, Estados-Unidos da Europa, p. 241-242. Cf. neste volume, p. 246-248.

¹¹ Ernesto Castro Leal analisa os diversos nacionalismos portugueses em *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1999. Na classificação dos nacionalismos portugueses segue Quirino de Jesus, que em 1932 identificou o nacionalismo monárquico constitucional, o nacionalismo monárquico legitimista, o nacionalismo republicano, o nacionalismo católico e o nacionalismo monárquico integralista – *Nação e Nacionalismos...*, p. 23. Ver, além da obra citada: Luís Trindade – *O Estranho Caso do Nacionalismo Português. O salazarismo entre a literatura e a política*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008. O autor analisa nesta obra o papel dos intelectuais portugueses na construção do consenso nacionalista que enformou o Estado Novo.

¹² Ernesto Castro Leal – *Nação e Nacionalismos...*, p. 107, p. 109, p. 110, p. 115, p. 117, p. 122, p. 324, p. 327.

¹³ *António Lino Neto: Intervenções Parlamentares (1918-1926)*, p. 234.

beleza»¹⁴ ou associou-se às homenagens a Teófilo Braga, apesar das suas posições hostis à Igreja Católica, realçando as suas «investigações de valor para a história nacional»¹⁵.

A linha «neofisiocrática»

Noutra classificação dos economistas de finais do século XIX e início do século XX, José M. Amado Mendes¹⁶ incluiu António Lino Neto numa linha «neofisiocrática» que se filia em algumas posições teóricas de Oliveira Martins, nomeadamente as expressas, no projecto de Lei de Fomento Rural, apresentado na câmara dos deputados em 1887 e que não chegou a ser discutido, sendo publicado num opúsculo que se torna num texto de referência¹⁷. É uma corrente do pensamento económico que, nas palavras de Fernando Rosas, defende «um modelo de regeneração económica do país, de explícita inspiração martiniana, assente num regresso modernizante à terra: a reforma “agrária” e “agrícola”, constituiria a base de todo o restante edifício de restauração económica»¹⁸. José M. Amado Mendes distingue nesta corrente «neofisiocrática» duas variantes: a dos «neofisiocráticos reformistas» e a do «agrarismo tradicionalista». Inclui António Lino Neto nos autores da primeira corrente, juntamente com Basílio Teles, Ezequiel de Campos, Quirino de Jesus, E. A. Lima Basto, A. de Oliveira Salazar (por causa dos seus trabalhos entre 1916 e 1918), Mário de Azevedo Gomes, Mário de Castro, Rafael Duque, Henrique de Barros, Mário Pereira e Eugénio de Castro Caldas. Na segunda corrente situa os agrários João Antunes Guimarães, Araújo Correia, eng.º Francisco Maria de Almeida Garrett e, destacando-se pela qualidade e combatividade dos seus textos, Anselmo de Andrade e José Pequito Rebelo¹⁹.

A obra fundamental de António Lino Neto sobre «a questão agrária» é o livro que publica com este título em 1908 e que corresponde à tese com a qual obtém o título de professor catedrático de Economia Política. Antes, porém, numa série de artigos menos conhecidos e de menor repercussão publicados no *Distrito de Portalegre* agora reeditados nesta antologia, ensaia a exposição pública das suas ideias económicas, a propósito de uma sequência de reflexões sobre o «sul do país». A 17 de Julho de 1901²⁰ coloca o problema da fraca densidade populacional a sul do país, citando Oliveira Martins, Anselmo de Andrade e Basílio Teles como autores cuja obra pode contribuir para pensar e encontrar soluções para o problema.

¹⁴ António Lino Neto: *Intervenções Parlamentares (1918-1926)*, p. 235.

¹⁵ António Lino Neto: *Intervenções Parlamentares (1918-1926)*, p. 146.

¹⁶ José M. Amado Mendes – Portugal agrícola ou industrial? Contornos de uma polémica e suas repercussões no desenvolvimento (Sécs XIX-XX). *Revista de História das Ideias*. 18 (1996) 187-230.

¹⁷ J. P. Oliveira Martins – *Projecto de Lei de Fomento Rural apresentado à Câmara dos Senhores Deputados na Sessão de 27 de Abril de 1887*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987.

¹⁸ Ezequiel de Campos – *Textos de Economia e Política Agrícola e Industrial (1918-1944)*. Introdução e direcção de edição de Fernando Rosas. Lisboa: Banco de Portugal, 1998, p. IX.

¹⁹ José M. Amado Mendes – Portugal agrícola ou industrial?, p. 192, p. 195.

²⁰ Cf. O Sul do País IV. *Distrito de Portalegre*, n.º 882, 17 de Julho de 1901, p. 1-2.

Partindo do diagnóstico de Oliveira Martins no seu *Projecto de fomento rural*, de que um dos problemas da agricultura de Portugal, particularmente grave a Sul do Tejo, era a falta de crédito agrícola, António Lino Neto defende que algumas instituições económicas implantadas no terreno, como os celeiros comuns e as misericórdias, reconvertam as funções de crédito que desempenhavam tradicionalmente. A agricultura portuguesa devia ter, a exemplo do que acontecia nos Estados Unidos, um alicerce social no *homestead* – a exploração por uma família de um terreno agrícola que não poderia ser hipotecado e isento de contribuição predial²¹.

Outro problema agrícola, específico do Sul, era falta de água e a excessiva concentração de recursos na produção de trigo. O jovem Lino Neto advoga a realização de obras hidráulicas que permitam a arborização do solo, a qual, por sua vez, permitirá aumentar o húmus das terras e diversificar a exploração agrícola. Mostra-se um crítico moderado da lei de 14 de Julho de 1899 que protegeu os interesses dos produtores portugueses de cereais face à concorrência estrangeira. Embora valorize a lei por ter incentivado «o lavrador ao arroteamento de terras que subsistem incultas», sublinha que a lei deve ter um carácter transitório e que Portugal não está em condições de concorrer na produção de cereais com a América, a Rússia ou o Egipto. O futuro da agricultura portuguesa está no investimento em «produções em que se torne mais difícil a concorrência estrangeira», nomeadamente cultivando sobreiros, castanheiros e oliveiras²².

Crítico da «febre de construções de linhas férreas», António Lino Neto defende alguns projectos de infra-estruturas com impacto económico positivo. É o caso da ponte sobre o Tejo entre Gavião e Belver, ligando o distrito de Portalegre a uma parte importante da Beira Baixa e da Estremadura, e de algumas ligações dos caminhos-de-ferro: a de Estremoz, com a linha de Leste, pela Ponte de Sôr, Portalegre ou outro local próximo, e a de Vendas Novas pelo Ribatejo, com Santarém ou uma alternativa perto²³.

A causa do desenvolvimento agrícola a Sul leva António Lino Neto a apoiar os protestos de agrónomos e de produtores contra a proibição de plantio de vinhedos no Alentejo, obtida por viticultores do Norte. A propósito deste conflito, expõe doutrina: a nível interno a livre concorrência económica representa «uma necessidade profundíssima, da qual só deriva o aperfeiçoamento de todas as indústrias e actividades sociais». Em prol dos vinhos do Alentejo, afirma: «Na última exposição de Paris, segundo declaração do sr. Batalha Reis, em conferência da Real Associação de Agricultura de 4 de Março do ano corrente [1902], os vinhos do Alentejo foram os mais cotados para pastos entre os vinhos de Portugal. Esta circunstância merece ser ponderada.»²⁴

Estas breves incursões jornalísticas nas questões económicas preparam o terreno para o seu primeiro livro intitulado *A Questão Agrária*, questão considerada pelo autor a fundamental para regenerar a pátria e conservar a independência, contrapondo esta visão à de outros autores, como Bento Carqueja, para quem só o domínio colonial poderia

²¹ Cf. O Sul do País V. *Distrito de Portalegre*, n.º 886, 14 de Agosto de 1901, p. 1-2.

²² Cf. O Sul do País VI. *Distrito de Portalegre*, n.º 887, 21 de Agosto de 1901, p. 2.

²³ Cf. O Sul do País. *Distrito de Portalegre*, n.º 898, 6 de Novembro de 1901, p. 2.

²⁴ Cf. O Sul do País. *Distrito de Portalegre*, n.º 935, 16 de Abril de 1902, p. 1.

atingir estes fins²⁵. Nesta obra, António Lino Neto avança com um projecto de reforma da distribuição da terra que consistia numa colectivização parcial do solo, de iniciativa municipal. As autoridades municipais adquiririam as terras para as arrendar ou dar em usufruto, com o direito de reversão periódica, aos «sem terras» que delas precisassem para subsistir²⁶. Ou seja, trata-se de uma reforma agrária sem expropriações, correctora, preventivamente, dos grandes desequilíbrios na estrutura fundiária que fomentavam a emigração e poderiam levar a uma solução revolucionária. A reforma proposta por Lino Neto pretendia ser um estímulo «à actividade individual das pessoas que, pela sua capacidade, se disponham a apropriar-se de terras ou a transmiti-las por herança; essa base de força moral das famílias pode subsistir e deve subsistir.»²⁷ Entre os inspiradores da sua proposta, Lino Neto cita Gladstone, líder do Partido Liberal entre 1866 e 1875 e de 1880 a 1894, que foi primeiro-ministro do Reino Unido, nomeadamente a Lei de Junho de 1893 que dá aos conselhos de condado a capacidade de comprarem terras até 20 hectares e de cedê-las a cultivadores pobres; cita também, entre outras referências, o padre Lemire que organiza em França uma sociedade de jardins operários.

Atitude face à «questão industrial»

A filiação de António Lino Neto numa corrente «neofisiocrática» e a afirmação, no seu livro *Elementos de Economia Política*, de 1936, de que «o Estado industrial não se tem mostrado viável»²⁸ pode levar à interpretação equivocada da sua posição teórica como anti-industrial. A conferência do professor do Instituto Superior Técnico na Sala de Geografia, em 1929, por ocasião da comemoração do cinquentenário da lâmpada eléctrica permite esclarecer melhor o seu pensamento acerca da «questão industrial»²⁹. Nesta conferência de homenagem a Edison, em que também participa o professor de Física e de Electrotécnica da Faculdade de Ciências, Amorim Ferreira, Lino Neto expõe os seus receios não acerca do desenvolvimento da indústria, mas da absorção da média e pequena indústria pela grande indústria. Não é a industrialização que gera efeitos sociais nefastos, mas que esta se processe de modo desequilibrado: a «grande indústria, se pelos muitos capitais de que dispõe cria as possibilidades de realização dos inventos e pela abundância dos seus produtos concorre para o embaratecimento da vida, tende, apesar de tudo, a tornar mais ou menos *autómatos* os que nela colaboram, abafando-lhes o poder da iniciativa, pela organização concentrada do trabalho e pela

²⁵ Cf. *A Questão Agrária*, parcialmente transcrito nesta Antologia.

²⁶ Cf. Colectivização parcial da terra. *A Questão Agrária*, neste volume, p. 195.

²⁷ Cf. Colectivização parcial da terra. *A Questão Agrária*, neste volume, p. 195.

²⁸ Cf. António Lino Neto – *Elementos de Economia Política*, Conceito de Estado – sistemas de acção económica, p. 231. Cf. neste volume, p. 238.

²⁹ A conferência é noticiada no n.º 20 de Outubro de 1929 da *Revista Portuguesa. Revista da Associação Industrial Portuguesa*, na p. 39, e é resumida no *Novidades* de 22 de Outubro de 1929, na p. 5. Trata-se de um texto importante. Não foi incluído nesta antologia, porque optámos apenas por incluir textos da autoria de António Lino Neto e excluir resumos das suas intervenções escritos por jornalistas e sem garantia de revisão do autor.

forma de sociedade anónima que geralmente reveste. A civilização, se a grande indústria tudo absorvesse, retrograria, por certo. Impõe-se, pois, ao lado da grande, a organização da *média indústria*.

É por ela que a personalidade humana se desenvolve indefinidamente consoante as suas especiais aptidões, e também por ela que a família se torna uma unidade profundamente económica. É uma fecunda escola de trabalho autónomo. Se não abre a humanidade um caudal de riqueza como a *grande indústria*, dá-lhe a mais a valorização moral de que esta não é capaz.

A *pequena indústria*, por sua vez, tem de formar a par da grande e da média. Funciona sobre as classes trabalhadoras como numa bomba aspirante, fazendo-as entrar na ordem económica precisamente pela prática de virtudes pessoais como a sobriedade, a previdência, a disciplina, e o amor da família, porque só por essas virtudes é que os que nada têm senão o seu trabalho podem chegar a reunir elementos para a pequena indústria.»³⁰

A rotinização e a hiper-especialização introduzidos pelos métodos de gestão conhecidos por taylorismo³¹ merecem reservas críticas a António Lino Neto. A sua tomada de posição a favor da média e pequena indústria não é por uma persistência de meios de produção arcaicos, tradicionais, num mundo em que a modernidade passa apenas pela grande escala. Ele distingue duas fases na revolução da vida económica pela ciência. Numa primeira fase o conhecimento científico permitiu apenas erguer grandes infra-estruturas e fábricas. Numa segunda fase, chegou à vida doméstica. A última vaga científica abre perspectivas a um novo equilíbrio entre grande, média e pequena indústria: «A generalização crescente das disponibilidades da energia eléctrica, a sua fácil adaptação por meio de pequenos motores, o poder iluminante das lâmpadas incandescentes para o interior das casas, os prontos meios de comunicação, que já há, como os telefones, encaminham para profundas modificações no moderno regime do trabalho por uma progressiva reacção a favor da pequena e da média indústria.

Há também já tendências para assegurar a venda ou a aquisição de produtos dessas indústrias, e sem o perigo de se ser esmagado na concorrência dos mercados, pelas empresas da grande indústria. (...)

A reconciliação da grande, da média e da pequena indústria tem de ser a característica dominante da moderna organização do trabalho.»³²

Esta doutrinação económica encontrava-se em sintonia com a ideologia de conciliação social do Centro Católico Português, do qual António Lino Neto era Presidente e que já foi analisada por Manuel Braga da Cruz. Como observou este autor, «O Centro foi uma organização interclassista, tónicamente pequeno-burguesa (...) quem mais se impôs no partido foi gente oriunda da pequena propriedade rústica, que ascendera às profissões liberais ou ao alto funcionalismo público, por formação universitária.» Estes

³⁰ *Novidades*, 22 de Outubro de 1929, p. 5.

³¹ As críticas ao taylorismo começam em 1911, com o inquérito Hoxie, organizado pelo Senado norte-americano e dirigido pelo professor Hoxie, da Universidade de Chicago. Cf. Idalberto Chiavenato – *Introdução à Teoria Geral da Administração*. São Paulo: Makron Books, 1993, p. 84.

³² *Novidades*, 22 de Outubro de 1929, p. 5.

dirigentes e activistas «deram ao partido esse cunho de organização pequeno-bruguesa, altamente preocupada com a eficiência da administração pública, com a protecção estatal à pequena propriedade e à pequena produção»³³.

Os *Elementos de Economia Política* de António Lino Neto causam uma reacção positiva em Marcello Caetano, então um jovem professor da Faculdade de Direito de Lisboa. Em carta de agradecimento ao autor de *Elementos de Economia Política* pelo envio do livro, escreve: «Consegui V. Ex.^a fazer um livro de estudo sem a secura escolástica, e que se lê de um fôlego, agradavelmente, e mais ainda com encanto. Em ciência de propensão tão materialista soube v. ex.^a insuflar o sopro da espiritualidade. Apreciei a novidade do método e o equilíbrio das doutrinas, e por tudo isto julgo o trabalho de v. ex.^a louvabilíssimo.»³⁴

Municipalismo

A valorização da dimensão municipal é um tema que atravessa toda a obra de António Lino Neto. O seu pensamento sobre o tema é desenvolvido em *A Questão Administrativa*, publicado em 1911. Neste livro afirma-se devedor dos contributos críticos de Alexandre Herculano, José Félix Henriques Nogueira e Almeida Garrett. Considera falso o dilema entre centralismo e descentralização, pois num país pequeno e sem reivindicações separatistas como Portugal é tão necessário afirmar o poder central como descentralizar, o que se deve discutir é a repartição de poderes administrativos.

Para o professor de Economia Política o sistema administrativo devia assentar em três tipos de concelhos, dois ideais e um provisório: o concelho-urbano e o concelho-freguesia rural eram os tipos ideais, o primeiro abrangendo um aglomerado de população e o segundo correspondendo a uma população dispersa. O tipo provisório seria o concelho das freguesias rurais convizinhas – «A respectiva área deve ser muito mais extensa que a média da de cada um dos concelhos actuais, para que se possa encontrar mais facilmente gente que oriente a sua administração e custe menos o seu pessoal burocrático»³⁵. Num nível administrativo superior aos concelhos estariam as províncias e um Conselho Superior Municipal. Lino Neto propõe a atribuição aos municípios de funções até então da responsabilidade do Estado, como a instrução primária, e algumas novas funções económicas, como a socialização parcial dos solos, acima exposta³⁶, e o fomento de indústrias tradicionais de cada localidade, a exemplo da câmara municipal alemã de Elberfeld. Deposita grandes esperanças na tendência de municipalização dos serviços públicos como meio de descentralização dos poderes do Estado. Caberia a cada município avaliar, tendo em conta os seus interesses e necessidades, quais as funções a municipalizar, e ao Estado garantir a aplicação de regras gerais.

³³ Manuel Braga da Cruz – *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1980, p. 341-342.

³⁴ Cf. Arquivo Professor António Lino Neto – PT/UCP/CEHR/ALN/C/A/03/147.

³⁵ António Lino Neto – *A Questão Administrativa (O Municipalismo em Portugal)*. Lisboa: Antigas Livrarias Bertrand. Aillaud, Alves, Bastos e C.^a, 1911, p. 169-170.

³⁶ Cf. na presente obra: Funções. *A Questão Administrativa (O Municipalismo em Portugal)*, p. 208-224.

As ideias de António Lino Neto acerca do municipalismo têm repercussões noutros intelectuais do seu tempo. António Sardinha reconhece, em 1918, o deputado centrista, na altura também vereador da câmara municipal de Lisboa como «um dos raros cérebros construtivos» do país, destacando o seu contributo para o seu desenvolvimento municipal³⁷.

Catolicismo social

António Lino Neto foi um homem que orientou o seu pensamento e acção pelos princípios do catolicismo social. Durante a Monarquia Constitucional, a partir de 1908, participou na Obra dos Congressos, ou das Agremiações Populares Católicas, presidida pelo professor Francisco José de Sousa Gomes. Na República Nova de Sidónio Pais adere ao Centro Católico Português, em representação do qual é vereador da câmara municipal, deputado, vice-presidente e presidente interino da câmara dos deputados, em 1918. Na República do pós Grande Guerra torna-se Presidente do CCP, em 1919, sendo novamente deputado entre 1922 e 1926. O Centro Católico Português reestruturado em 1919 não pretendia ser uma frente de intervenção política separada de outras frentes de intervenção católicas no terreno social e religioso, mas constituir o ramo político de uma acção católica que também compreendia uma vertente religiosa e social³⁸. O seu propósito era cristianizar a sociedade portuguesa, o que não implicava que a Igreja Católica tivesse de voltar a ser a religião oficial do Estado português, mas que o Estado respeitasse a liberdade de acção e os legítimos direitos da Igreja Católica³⁹.

O catolicismo social, sendo perfilhado por católicos com diferentes posturas políticas face à República e à ordem liberal, não nos parece suficiente, por si só, para identificar o filão reflexivo e de acção de António Lino Neto. Julgamos pertinente a distinção de Jean-Marie Mayeur entre católicos sociais intransigentes e católicos sociais moderados⁴⁰, ou seja, entre católicos sociais anti-liberais e católicos que pretendem corrigir os excessos do liberalismo. António Lino Neto é um católico social moderado que recusa algumas proposições filosóficas do individualismo liberal – para ele a sociedade não assenta nem deve assentar no indivíduo e sim na família, no município – mas aceita as instituições liberais⁴¹ e os princípios da economia liberal. O princípio por ele formulado no final do seu opúsculo sobre *Adam Smith – Fundador da Economia Política* – «A máxima liberdade individual dentro dos limites exigidos pelo máximo de sociabilidade!»⁴², parece-nos

³⁷ *A Monarquia*. Ano I. N.º 288, p. 1.

³⁸ Cf. João Miguel Almeida – Organização do Centro Católico e sociabilidades religiosas dos centristas. In *Religião e cidadania: protagonistas, motivações e dinâmicas sociais no contexto ibérico*. Coord. António Matos Ferreira e João Miguel Almeida. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2011.

³⁹ Cf. *António Lino Neto: Intervenções Parlamentares (1918-1926)*.

⁴⁰ Jean-Marie Mayeur – *Catholicisme social e démocratie chrétienne. Principes romains, expériences françaises*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1986, p. 33-34.

⁴¹ Embora admita o regresso a instituições corporativas adaptadas «às circunstâncias dos nossos tempos», defende na câmara dos deputados, em 1924, que o parlamento não deve ser derrubado, mas aperfeiçoado. Cf. *António Lino Neto: Intervenções Parlamentares (1918-1926)*, p. 249.

⁴² Cf. na presente obra o capítulo 2.2.2. *Adam Smith – Fundador da Economia Política*, p. 274.

ilustrativo desta postura. Assinalemos que esta máxima proferida numa conferência, na qual se baseou o opúsculo, proferida no muito anti-liberal ano de 1936, foi reproduzida quer no *Novidades*⁴³ quer no *Século*⁴⁴.

A moderação de António Lino Neto confere uma coerência de *tom* a uma obra polifacetada e eclética, inspirada pela pátria e pela Igreja Católica, quer pelos seus ideais, quer pelas suas necessidades concretas.

⁴³ Cf. *Novidades*, de 4 de Maio de 1936.

⁴⁴ Cf. *O Século*, de 3 de Maio de 1936. A conferência também é noticiada no *Diário de Notícias* a 4 de Maio de 1936, mas a frase não é citada.